

INFORMAÇÃO E INTEGRAÇÃO

Og Roberto Dória*

A informação alimenta o desenvolvimento da sociedade contemporânea. Ela permeia os novos conflitos políticos, as reflexões sobre as novas formas de produção e de relações de trabalho e a quebra de paradigmas para a estruturação das atividades humanas no espaço físico e no tempo cronológico.

Como nos prepararmos e como conduzir a transição da sociedade para este novo tempo? Essas são as perguntas para as quais se buscam respostas, seja na iniciativa privada ou na governamental.

Novos padrões ditam as regras das relações inter-regionais e deixam para trás as velhas rivalidades entre países vizinhos. A criação de blocos comuns nos diversos continentes, sustentados em interesses econômicos, hoje transcende as discussões restritas ao mercado global.

O processo de integração caminha a passos largos para um elo cuja dimensão vai além das expectativas iniciais. Busca-se, no momento, a integração no sentido mais amplo. O conhecimento mútuo dos parceiros e o respeito às diversidades e à potencia-

* Diretor-Geral do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

Em Aberto, Brasília, ano 15, n.68, out./dez. 1995

lização do desenvolvimento recíproco, por meio da cooperação para a melhoria da produção, educação, ciência, tecnologia, cultura, entre outras atividades, tornam-se a base comum das relações.

A sociedade da informação dá origem a novas tendências, como a criação de uma economia sustentada principalmente pelo setor terciário e que tem na informação seu principal insumo. A revolução acelerada na estrutura das profissões exige novos graus de habilidades e conhecimentos, tanto dos novos profissionais como daqueles que já estão no mercado de trabalho.

O incremento da produtividade, diretamente relacionado com o conhecimento, a ampliação de postos de trabalho e a integração de profissionais que ainda não aprenderam a ser trabalhadores do conhecimento representam novo desafio para a sociedade pós-industrial.

O desenvolvimento, na atualidade, depende fundamentalmente do avanço tecnológico, que assegura elevados índices de produtividade, e, também, do valor e do papel da informação para a manutenção dos alicerces necessários ao avanço da sociedade.

Nesse contexto no qual se delineia uma nova sociedade, a formação de um mercado comum na América Latina é um passo importante para enfrentar inúmeras dificuldades econômicas e sociais que afligem a região. O Mercado Comum do Sul (Mercosul) representa novos ventos para a América Latina, trazendo soluções diferenciadas para todas as atividades que são a base de sustentação da organização social.

Dentre as atividades prioritárias para a integração regional, a área da educação é assunto fundamental nas negociações da formação do Mercosul. No Plano Trienal para o setor, assinado em 1991 pelo bloco, define-se a organização de um sistema de informação sobre a educação dos países da região como uma das ações prioritárias.

Tal iniciativa teria a finalidade de consolidar e integrar informações sobre a educação dos países membros, com ênfase nas seguintes linhas de ações: conectar, via Internet, os órgãos oficiais responsáveis pela educação nos países membros; estruturar, implantar e consolidar um sistema integrado de informações educacionais nos quatro países — Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai — e estruturar e implantar um sistema de informações educacionais para a tomada de decisão no âmbito do Mercosul.

Dos pontos principais estabelecidos para o projeto do Sistema de Informação, podemos destacar:

- visualização da realidade educacional regional — perfil da situação educacional dos países do Mercosul;
- identificação de áreas de excelência e de problemas comuns aos quatro países;
- fornecimento de informações básicas ao Comitê Coordenador Regional para a formulação de políticas regionais para o setor educação;
- comunicação entre os sistemas de informação e documentação já existentes na região;

Em Aberto, Brasília, ano 15, n.68, out./dez. 1995

- disseminação de informações acumuladas nos quatro países;
- interação entre as instituições de ensino superior e seus grupos acadêmicos;
- cooperação científica entre as universidades e os centros de pesquisas, com intercâmbio das diferentes experiências;
- desenvolvimento de programas conjuntos ou integrados que respondam às demandas da nova realidade desenhada pela integração regional.

Nesse sistema, haverá dois grupamentos. Um deles reunirá as informações básicas—dados bibliográficos, referenciais (instituições, cursos, pesquisadores/especialistas, projetos de pesquisa, resultados de pesquisa), legislativos, estatísticos e documentais. No outro grupamento estarão as informações estratégicas — resultado da análise do conjunto das informações básicas de cada país.

Para viabilizar essas ações é necessário avançar na implantação e no fortalecimento de redes de cooperação institucionais como a já existente Rede Latino-Americana de Informação e Documentação em Educação (Reduc), que integra alguns países da América Latina. Também é fundamental desenvolver infra-estrutura de informação que permita fácil comunicação, atualização, acesso e disseminação. Isso porque a informação só cumpre efetivamente o seu papel quando disponível em formatos e tempo exigidos pelos usuários.

No Brasil, o Ministério da Educação e do Desporto (MEC), dentro do novo reordenamento institucional, privilegia a informa-

ção e a considera fundamental para implementar as políticas e os programas educacionais. Tanto que criou, em 1995, a Secretaria de Avaliação e Informação Educacional (Sediae), que atua em conjunto com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), na produção, sistematização e difusão de informações.

O Inep, instituição tradicional no fomento e na produção de conhecimentos para a área, trabalha, no momento, na implantação do Centro de Referência e Difusão em Educação (Cred), que exercerá papel de articulador, catalisador e potencializador das informações produzidas na área de educação.

O Cred desenvolverá e coordenará ações destinadas a contribuir com a potencialização das informações produzidas em áreas prioritárias para as políticas educacionais. Sua estrutura obedecerá ao ciclo da informação — coleta, análise, produção, armazenamento, disseminação e intercâmbio — sobre educação, no Brasil e no exterior. Para isso, o Cred organizará e manterá acervos históricos, bibliográficos, arquivísticos, cadastrais e estatísticos. Estes acervos existem na atualidade, mas encontram-se dispersos e desarticulados pelo território nacional, o que dificulta o acesso e o conhecimento dos recursos informacionais existentes.

O Cred está sendo implantado para subsidiar, com competência, políticas, programas e projetos educacionais, assegurando aos planejadores e aos administradores da educação, aos pesquisadores, aos educadores e aos demais usuários o acesso a informações fidedignas. A ação desse Centro favorece a ampliação da capacidade

de gerencial e técnica de seus usuários, ao dispor de informações que os ajudarão a formular e a implementar políticas e programas voltados à melhoria da educação no País em todos os níveis.

Como universo prioritário, porém não exclusivo, o Cred tem suas ações voltadas para a educação básica, ou seja, para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, com ênfase nas seguintes áreas temáticas:

- avaliação educacional;
- estatísticas e indicadores educacionais;
- parâmetros curriculares;
- ensino de 2^o grau - técnico e profissionalizante;
- descentralização da educação;
- financiamento da educação;
- formação de professores;
- educação a distância;
- inovações educacionais (gestão, processo pedagógico-curricular, formação de recursos humanos e novas tecnologias);
- políticas públicas de educação.

Caberá ao Cred, ainda, ações de prospecção, tratamento da informação e potencialização de seu uso em áreas estratégicas para a educação brasileira, considerando a agenda governamental. O Centro desempenhará, portanto, papel de articulador entre *problemas e soluções, perguntas e respostas*. Pretende-se que ele seja referencial metodológico e provedor de insumos que, de forma contínua e sistemática, auxilie no processo de contextualização e de mensuração da realidade onde se pretende atuar.

As bases informacionais do Cred estarão caracterizadas nos seguintes formatos: *estatísticas* (dados, indicadores, censos), *bibliografias* (documentos, textos, resenhas, súmulas), *cadastros* (especialistas, instituições de pesquisa, centros de referência, teses em educação, inovações educacionais, eventos técnicos) e *arquivos* (documentos oficiais, legislação em educação, relatórios técnicos). As informações utilizadas para o processo decisório e gerencial e para o desenvolvimento técnico-operacional estarão disponíveis em linguagem adequada à natureza da informação e ao perfil do usuário.

Neste sentido, suas funções e atribuições estarão pautadas em uma ação pró-ativa e na interatividade, no estabelecimento de parcerias e na otimização de recursos, na conformação de redes e na utilização de recursos tecnológicos que possibilitem a soma de esforços, a articulação de interesses, a aceleração do provimento de informações.

O Cred adotará também entre as prioridades a avaliação dos impactos causados pelos produtos de difusão de informação

disponíveis. Verificará, por exemplo, se o consumo de informações melhora a qualidade das ações desenvolvidas tanto na ponta dos sistemas educacionais quanto na formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas.

Atuar sobre a demanda implica trabalhar junto a vários segmentos sociais para ampliar o reconhecimento da importância política da educação fundamental tanto na construção da ética e da cidadania quanto na condução de um desenvolvimento sustentado e socialmente justo. Atuar sobre a oferta significa atingir novos padrões educacionais compatíveis com o direito social de satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, com prioridade para o atendimento da população escolar do ensino fundamental, que todos os estudos e diagnósticos apontam como raiz dos problemas educacionais da sociedade brasileira. Essas são as diretrizes da atual política educacional e também as do Cred.

Os problemas da área de educação são similares nos países do Cone Sul e a troca de experiência deve contribuir para a solução dos problemas. Os avanços da ciência e da tecnologia e o processo de globalização da economia, neste final de século, exigem tomada de decisão efetiva para garantir a escolarização mínima obrigatória de oito séries e eliminar definitivamente o problema da repetência e do analfabetismo. Sem educação básica de qualidade, os países comprometem o seu futuro, não só do ponto de vista do desenvolvimento econômico, como também do desenvolvimento social e cultural, inviabilizando a participação democrática e o exercício pleno da cidadania.